



Corrente Proletária ESTUDANTIL



#ANEL Agosto/2014

www.pormassas.org
estudantil@pormassas.org

À Assembleia Nacional da Anel

A Corrente Proletária Estudantil/POR traz para esta assembleia os seguintes pontos de discussão e de aprovação de resoluções: 1) Defesa da autonomia universitária, baseada na constituição da Assembleia Universitária e eleição de um governo tripartite e de todos os cargos da universidade pelo voto universal e com revogabilidade do mandato; 2) Defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, vinculado à produção social, científico e sob o controle coletivo de quem estuda e trabalha; 3) Defesa da expropriação sem indenização do sistema privado de ensino e estatização; 4) Campanha nacional pelas liberdades democráticas, que responda: a) Libertação de todos os presos políticos; b) Revogação de todos os processos, prisões, eliminações e demissões contra manifestantes e participantes dos movimentos sociais; d) Fim da intervenção do judiciário e da polícia nas greves, fim dos cercos policiais às manifestações; e) Revogação de toda legislação anti-greve e anti-mobilização; f) Revogação e devolução das multas que atingem os movimentos grevistas; g) Revogação da legislação que faculta os despejos de sem-terra e de sem-teto; h) Fim das desocupações promovidas pela polícia das ocupações; 5) Constituição de comitês contra a repressão em todo o país, que funcionem sobre a base de plenárias; 6) Fim dos ataques genocidas de Israel contra o povo palestino: a) Armamento geral dos palestinos; b) Libertação da Palestina do colonialismo imposto pela burguesia israelense sionista por meio do levante das massas armadas; c) Expulsão do imperialismo, expropriando as multinacionais e o capital financeiro; c) Por uma República Socialista da Palestina como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Enfrentar a repressão com as reivindicações, métodos e organização próprios dos explorados

Companheiros, esta Assembleia Nacional da Anel se realiza numa conjuntura de ofensiva repressiva dos governos e dos capitalistas sobre o conjunto dos movimentos sociais, em particular sobre a juventude e as greves.

A sua raiz repressiva está na necessidade dos governos e capitalistas em tirar as massas das ruas. A situação política do país sofreu uma mudança significativa com a ocupação massiva das ruas pelas massas em junho de 2013. A imposição da soberania popular nas ruas esmagou a possibilidade de dissipar a mobilização por meio da repressão direta. Abriu às massas um caminho de tomada da resolução dos problemas pelas próprias mãos, deixando circunstancialmente de lado o método da confiança no voto, no parlamento ou na justiça.

O avanço da crise capitalista traz em si as tendências de aumento da exploração do trabalho, arrocho salarial, desemprego, destruição de direitos sociais. As massas tendem a responder com a mobilização pelas reivindicações e o método da ação direta e da soberania popular imposta nas ruas com a luta massiva. Se antes essa luta de massa arrastou a juventude e um setor da classe média, o agravamento da crise tende a trazer a classe operária para esse caminho. A confluência de todos os movimentos, com a classe operária à frente, sob uma pauta única de reivindicações e com o método da ocupação massiva das ruas pode configurar uma crise de características revolucionárias no país. Essa possibilidade os capitalistas e seus governos pretendem abortar, por meio da ofensiva repressiva que se desenvolve no momento.

Nos últimos meses, a juventude tem se empenhado em manter nas ruas seu movimento. Setores do funcionalismo se ergueram em greve contra o arrocho salarial e a precarização da educação, saúde etc. Setores proletários e semiproletários seguiram esse caminho (garis do Rio, rodoviários em todo o país, metroviários de São Paulo etc.). Os sem-teto ganharam as ruas e pressionam os governos por moradia. A greve metroviária de São Paulo se projetou e se aproximou do ponto em que se tornaria referência nacional das campanhas salariais operárias no segundo semestre. Por isso foi tão duramente reprimida e atacada pelo governo, tribunais, imprensa, polícia e até por partidos

do governo no interior do movimento. Poderia abrir as portas de uma ampla mobilização operária que confluiria com as lutas da juventude, funcionalismo, e sem-teto num poderoso movimento contra os capitalistas e os governos.

A repressão é desfechada contra as lideranças sob a forma de prisões forjadas, processos políticos, demissões políticas e eliminações; se realiza sob a forma de cercos policiais a quaisquer manifestações; se manifesta num ataque supressivo ao direito de greve pelos tribunais e leis; se organiza com o forte armamento policial e a organização de um aparato nacional repressivo.

A resposta dos movimentos tem seguido a fragmentação imposta pela política corporativa das direções. As lutas acontecem por reivindicações gerais, ao mesmo tempo, nos mesmos locais e com a ida comum às ruas, mas sempre divididas. Os ataques repressivos afetam todas elas muitas vezes simultaneamente, mas a resposta tem sido tão fragmentada quanto os movimentos. Numa mesma semana, na mesma cidade e até no mesmo bairro, manifestações contra a repressão acontecem e os participantes de uma não vão às outras. Sem a unidade de todos os movimentos para construir um movimento massivo, os protestos de algumas centenas se tornam alvo fácil da repressão, que se agiganta. É preciso romper com o corporativismo das direções e alcançar a unidade geral de todos os movimentos reprimidos. Levantar a bandeira da libertação dos presos políticos, fim dos processos e anulação das condenações, demissões e eliminações políticas. Mas essa bandeira não será imposta aos capitalistas e aos governos por meio de um movimento restrito à vanguarda combativa. É necessário ligar as bandeiras de luta contra a repressão às reivindicações e métodos de luta das massas. A repressão é um meio de pressão contra essas reivindicações e esses métodos. A derrota da repressão se dará com a expressão mais profunda dessas bandeiras de luta e dos métodos da luta de classes.

A constituição de COMITÊS UNITÁRIOS DE FRENTE ÚNICA contra a repressão serve de meio para organizar os explorados em cada local e avançar no caminho da unidade geral dos movimentos em defesa dos lutadores, das bandeiras e métodos de luta das massas.

Organizar a resistência nas universidades

Companheiros, a ação judicial e policial contra a juventude é de particular interesse da burguesia e de seus governos. Não por acaso, inúmeros estudantes universitários arcam com processos e condenações. O ataque ao ensino público e o avanço do sistema privado estão na base das crescentes lutas e da sanha repressiva dos governos.

Notem que não se trata apenas da justiça e da polícia. Nas universidades, uma casta burocrática de professores é instrumento do privatismo e da precarização. Para impor as medidas que correspondem a essa política, aumentam o autoritarismo e agem repressivamente, impondo uma tendência geral que objetiva eliminar quaisquer resistências ao privatismo, elitismo, racismo, terceirização, precarização, favorecimentos e corrupção. As sindicâncias, processos administrativos, demissões e eliminações políticas, a utilização do aparato policial e da ação judicial contra as greves e manifestações, a supressão de qualquer questionamento é necessária para se impor a decisão da minoria parasitária e marionete dos governos/capitalistas.

A agudização do autoritarismo e a impossibilidade de realização de concessões aos que estudam e trabalham, de forma a fortalecer uma política de conciliação que preserve o poder da casta parasitária e consequentemente o controle dos governos/burguesia sobre a universidade leva ao choque mais aberto entre as necessidades mais sentidas e imediatas dos estudantes e trabalhadores e o poder e as medidas autoritárias da burocracia universitária.

De um lado, a casta burocrática se mostra impassível diante das demandas e se apoia na justiça e na polícia para impor a derrota aos movimentos. De outro, os que estudam e trabalham caminham para a

via da ocupação massiva das ruas, bloqueios, piquetes e para a posição de disputa de poder com a casta burocrática.

O movimento estudantil da USP em 2013 mostrou essa tendência. Diante de reivindicações elementares de democracia e condições de estudo erguidas pelos estudantes, a burocracia respondeu com a intransigência e reivindicação de repressão policial, que só não aconteceu imediatamente por conta das pressões das manifestações de junho. *Os estudantes, diante do autoritarismo da burocracia, aprovaram nas maiores assembleias a bandeira de fim do reitorado e constituição de um governo tripartite subordinado à assembleia geral universitária. Bandeira que foi sabotada pela direção, que, com sua política conciliatória, legitimou a farsa da negociação da reitoria e a tirou do isolamento, criando as condições políticas para a intervenção judicial/policial sobre o movimento.*

É necessário discutir em todo o movimento estudantil pelo país essa experiência que coloca a possibilidade de disputa pelo poder na universidade, de destituição da casta burocrática corrupta e privatista, de imposição do controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham e assim da constituição da real autonomia e democracia universitárias, com a elaboração coletiva das necessidades orçamentárias e com o poder da maioria para decidir sobre sua aplicação, que deve ser sustentada integralmente pelo Estado, eliminado toda forma de privatização. Essa luta depende para sua realização da unidade dos que estudam e trabalham com os explorados na luta contra os exploradores e seus governos. Somente a luta por uma nova sociedade, socialista, tornará possível a construção de uma nova universidade.

A defesa do direito democrático elementar de acesso à educação a todos em todos os níveis

O privatismo domina o ensino superior no Brasil. Mais de 70% está nas mãos do ensino privado. E esse número só cresce, por conta da tendência geral do capitalismo à acumulação e concentração de capital e mercado, e por conta das políticas governamentais favoráveis ao privatismo.

É um fato que o investimento público na educação brasileira é muito inferior à maioria dos demais países. Os orçamentos são insuficientes e manipulados pela casta burocrática corrupta e privatista. Somente a luta pela real autonomia e democracia universitárias pode levar a formulação do orçamento que corresponda às necessidades dos que estudam e trabalham. Um ensino público e gratuito a todos demandaria um salto no investimento público na educação.

O primeiro passo nesse sentido é uma campanha nacional que leve a juventude (os de dentro e os de fora das universidades) pelo fim do ensino privado, estatização sem indenização de toda a rede privada sob controle dos que estudam e trabalham e conquista do livre acesso à educação em todos os níveis. O fim do ensino privado é a bandeira que corresponde de forma consequente à educação pública e gratuita para todos.

Os movimentos, no entanto, têm se recusado a travar essa luta, por conta das políticas das direções. Sob a desculpa de buscar o atin-

gível imediatamente, limitam a luta a um aumento da porcentagem do PIB destinada à educação. Sequer se questiona quem administrará esses recursos. E se coloca o método da pressão parlamentar para alcançá-lo.

Assim, os 10% do PIB para a educação, que constam no Plano Nacional da Educação governamental aprovado, privatista e elitista, fixados como meta para daqui a uma década, são tomados como objetivo máximo. As diferenças com o governo e governistas está no plano de quando e como isso será aplicado. E nas formas de pressão para atingir esse objetivo.

A Corrente Proletária (POR) travou a luta em todos os congressos e instâncias dos movimentos para que se empunhasse como central a bandeira da estatização sem indenização da rede privada sob controle coletivo dos que estudam e trabalham. Mas aprovou-se como eixo a conquista dos 10% do PIB. Cabe colocá-la em prática. Organizar um movimento nacional que imponha pela força da mobilização a sua aplicação imediata aos governos. Organizar a unificação das lutas e sua centralização, sua unidade com os movimentos dos explorados contra os capitalistas e seus governos. Isso reivindicamos e nos colocamos pela sua realização. Colocado em marcha, esse movimento fará a experiência e poderá superar os limites impostos pelas direções.

Unir a juventude à luta do proletariado aqui e em todo o mundo

As reivindicações da juventude se chocam com os mesmos governos e capitalistas que são enfrentados pelos explorados. A classe operária é a que pode, por seu papel na produção social, conseguir a força necessária para impor as reivindicações gerais e avançar na luta pelo socialismo. Os estudantes e a juventude devem se unir às lutas do proletariado se quiserem alcançar seus objetivos mais profundos.

É o mesmo capital financeiro que está por trás da repressão aos movimentos sociais no Brasil que aperta os gatilhos das armas que massacram povos no mundo inteiro. Em particular, o genocídio sio-

nista sobre a população palestina em Gaza.

É dever da juventude se mobilizar aqui contra os capitalistas e o imperialismo, e nas ruas contra os mesmos opressores das massas palestinas. Exigir o fim dos ataques do sionismo israelense. **Defender o armamento geral das massas palestinas para enfrentar a opressão do enclave expansionista do imperialismo na região. Erguer a bandeira da unidade socialista das nacionalidades árabes, única forma de conquistar de fato a autodeterminação frente ao imperialismo e convivência harmônica sem opressão entre as nacionalidades da região.**